

1ª Fase – PROVA OBJETIVA

DIREITO COOPERATIVO

QUESTÃO 1 - Com base na Lei n. 5.764/1971, como recepcionada pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta, sobre a representação e o registro das sociedades cooperativas.

- A. As cooperativas populares devem, necessariamente, estar associadas à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), para se beneficiarem da política pública voltada ao desenvolvimento do cooperativismo brasileiro.
- B. A representação do movimento cooperativista deve ser definida com base no princípio da pluralidade de representação, sendo admitido que somente o Estado registre os atos constitutivos e societários das cooperativas, bem como as fiscalize.
- C. O direito fundamental à liberdade de organização, associação e representação das sociedades cooperativas abrange o direito de livre criação e de livre associação (dimensões positivas), bem como a proibição de associação a outra entidade que não a Organização das Cooperativas do Brasil (dimensão negativa).
- D. O marco legal das cooperativas de trabalho (Lei n. 12.690/2012) prevê a possibilidade de representação do cooperativismo brasileiro tanto pela OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) quanto pela UNICOPAS (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias).
- E. O marco legal das cooperativas de trabalho (Lei n. 12.690/2012) modificou o art. 105 da Lei n. 5.764/1971, acrescentando a possibilidade de representação das cooperativas de trabalho pela UNICOPAS (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias).

QUESTÃO 2 - *Há uma relação direta entre formalização de um grupo como cooperativa e seu capacidade de comercialização. Como apontam Kruppa, Gonçalves e MacDonald, "grande parte dos grupos informais limita-se a vender na própria comunidade (72,31%) ou no município de que fazem parte (19,84%). Regionalmente ou em nível estadual, a venda é mínima. São também os que mais afirmam ter dificuldade de comercialização. Conforme se caminha para as cooperativas, o número de empreendimentos que vendem em sua região (15,77%) ou no estado (13,28%) vai aumentando significativamente. Porcentagem insignificante de empreendimentos disputa o mercado das compras públicas. Apenas 2% fornecem a órgão governamental" (KRUPPA, Sonia Maria Portella; GONÇALVES, Alicia Ferreira; MACDONALD, José Brendan (et alli). Regime jurídico das Cooperativas Populares e Empreendimentos em Economia Solidária. Série Pensando o Direito, vol. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012, p. 27-28).*

Com base nos elementos mencionados e na nomenclatura adotada pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego), é correto afirmar que são EES (Empreendimentos de Economia Solidária):

- A. As cooperativas populares, as cooperativas tradicionais e as "coopergatos".
- B. As cooperativas populares e as cooperativas tradicionais.
- C. As cooperativas populares, apenas.
- D. As cooperativas populares, as associações e os grupos informais identificados com a proposta da economia solidária.
- E. As cooperativas populares e os grupos informais identificados com a proposta da economia solidária.

QUESTÃO 3 - Entre outras, são características ou princípios gerais das cooperativas, conforme o Código Civil de 2002, a Lei n. 12.690/2012 e a Lei n. 5.764/1971:

- A. Adesão voluntária; variabilidade do capital social; emissão de certificados de aporte de capital; instituição de capital rotativo; singularidade de voto; quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital; prestação de assistência aos associados.
- B. Incessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social; retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado; limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, sem possibilidade de estabelecimento de critérios de proporcionalidade; representação única do cooperativismo.
- C. Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços; representação única do cooperativismo; intercooperação; adesão voluntária; porta aberta.
- D. Gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação; formação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade; preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa; não precarização do trabalho.
- E. Autonomia e independência; intercooperação; interesse pela comunidade; preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa; não precarização do trabalho; representação única do cooperativismo; instituição de capital rotativo.

QUESTÃO 4 - Segundo Paul Singer, “é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa”, com a criação de um setor econômico “que tenha um mercado protegido da competição externa para os seus produtos” (SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 122). A ideia básica da economia solidária, para o autor, “é assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil etc. através da solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos” (*ibidem*, p. 132). Nesse caminho, “O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos” (SINGER, *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 13).

Sobre a relação entre a proposta teórica da economia solidária e o cooperativismo brasileiro, é correto afirmar que:

- A. O cooperativismo brasileiro adota a proposta teórica da economia solidária, em especial na Lei n. 5.764/1971.
- B. O cooperativismo brasileiro adota a proposta teórica da economia solidária, em especial no Código Civil de 2002, art. 1.093 e seguintes.
- C. O cooperativismo brasileiro não tem em sua origem relação com a proposta teórica da economia solidária, mas sim com a proposta do cooperativismo empresarial.
- D. O cooperativismo brasileiro busca uma solução para as "cooperfraudes" ou "coopergatos" por meio da Lei n. 12.690/2012, que prevê direitos sociais para os cooperados e garante sua aplicação para o cooperativismo popular, por meio de financiamento público vinculado.
- E. O cooperativismo brasileiro busca uma solução para as "cooperfraudes" ou "coopergatos" por meio da Lei n. 12.690/2012, que prevê direitos sociais para os cooperados e impede sua aplicação para o cooperativismo popular, visto que estas adotam a proposta da economia solidária e não reconhecem o estatuto jurídico do trabalho.

QUESTÃO 5 - Leia as asserções abaixo e, depois, assinale a alternativa correta, a respeito do número mínimo de sócios, para a constituição de uma sociedade cooperativa.

I. O número mínimo de sócios, para a constituição de uma cooperativa singular, é de 20 (vinte) pessoas, segundo dispõe a Lei n. 5.764/1971, em seu art. 6º, I.

II. O número mínimo de sócios, para a constituição de uma cooperativa de trabalho, é de 7 (sete) pessoas, segundo dispõe a Lei n. 12.690/2012, no seu art. 6º.

III. A Constituição Federal de 1988 dispõe que "a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo" (CF/88, art. 174, §2º). Dessa forma, eventual controvérsia legal acerca do número mínimo de sócios, para a constituição de uma sociedade cooperativa, deve ser analisada à luz da busca por formalização dos empreendimentos de economia solidária, cujas dificuldades podem levar à adoção da forma jurídica associação, o que representa uma menor densidade de proteção social aos cooperados.

IV. O Código Civil de 2002, em seu art. 1094, II, afirma ser característica da sociedade cooperativa o concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, o que pode ser lido como 9 (nove) pessoas.

- A. Apenas I e III são verdadeiras.
- B. Apenas II e III são verdadeiras.
- C. Apenas I, II e III são verdadeiras.
- D. Apenas I, II e IV são verdadeiras.
- E. I, II, III e IV são verdadeiras.

QUESTÃO 6 - É direito dos sócios das cooperativas de trabalho, conforme regulado pela Lei n. 12.690/2012:

- A. Duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários.
- B. Férias anuais remuneradas, de no mínimo 30 (trinta) dias.
- C. Depósito mensal de FGTS em conta vinculada ao cooperado, em montante não inferior a 8% da remuneração recebida

- D. Pagamento de adicional por trabalho noturno, em valor da hora normal acrescida de, pelo menos, 50% do seu valor.
- E. Pagamento de adicional de periculosidade, no montante de acréscimo de 30% do salário do cooperado.

QUESTÃO 7 - Sobre os diferentes tipos de cooperativas no Brasil e sua natureza jurídica, é correto afirmar que:

- A. As cooperativas de crédito, por operarem no campo financeiro e cobrarem juros de empréstimos de seus cooperados, não podem figurar no rol dos EES (Empreendimentos da Economia Solidária).
- B. Cooperativa, urbana ou rural, é a sociedade de pessoas, sem fins lucrativos, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços a seus associados.
- C. A sociedade cooperativa possui atividade econômica destinada e organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços, atividades estas próprias de empresário sujeito a registro, dirigido para o mercado de consumo com o intuito de obter lucro e posterior repartição deste com os cooperados.
- D. Nas sociedades cooperativas de consumo, os cooperados atuam exclusivamente como clientes.
- E. Nas sociedades cooperativas de crédito, os cooperados não gozam da dupla qualidade de sócio/cooperado, haja vista sua natureza de prestação de serviços.

QUESTÃO 8 - O SESCOOP (Serviço Nacional do Cooperativismo) foi instituído na década de 1990, mediante a Medida Provisória n. 1.715/1998 e o Decreto n. 3.017/1999, ambos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com objetivo de "organizar, administrar e executar, em todo território nacional, o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativas e dos cooperados" (art. 8º). Sobre o SESCOOP, assinale a alternativa correta.

- A. O SESCOOP valoriza a concepção clássica de cooperativismo e, portanto, possui concepção geral contrária à existência de trabalho subordinado em cooperativas.
- B. O SESCOOP possui natureza jurídica de direito público e seus membros são indicados diretamente pelo Poder Executivo.

- C. A principal fonte de recursos do SESCOOP é a contribuição mensal compulsória dos empregados das cooperativas, recolhidas pela Previdência Social, no montante de 2,5% sobre a remuneração dos trabalhadores.
- D. A principal fonte de recursos do SESCOOP é a contribuição mensal voluntária dos empregados das cooperativas, recolhida junto ao sindicato dos trabalhadores em cooperativas.
- E. A OCB foi contra a instituição do SESCOOP, cujos principais idealizadores foram os atores envolvidos com o cooperativismo popular, que buscavam uma alternativa governamental de ensino de formação profissional para cooperados de baixa renda.

QUESTÃO 9 - O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, consiste na oferta de alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. Em 2009, com a edição da Lei Federal nº 11.947, foram promovidas alterações no referido Programa, com a sua extensão para toda a rede pública de educação básica e o incentivo à aquisição de produtos da agricultura familiar. A Lei Federal nº. 11.947/2009, em seu art. 14, dispõe que: "Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas".

O art. 27 da Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, por sua vez, dispõe sobre documentos necessários para a habilitação das propostas, sendo que tais requisitos variam conforme o tipo de organização do fornecedor, nos seguintes termos: "Para a habilitação das propostas exigir-se-á: (...) §1º Dos Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo: (...); §2º Dos Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo: (...); §3º Dos Grupos Formais, detentores de DAP Jurídica: (...)"

Com base nesses elementos, assinale a alternativa correta.

- A. O PNAE se apresenta como política pública afirmativa dos trabalhadores da agricultura familiar, que podem participar do programa de forma coletiva, por meio de cooperativas de agricultura familiar.

- B. O PNAE apresenta limites claros para o cooperativismo da agricultura familiar, pois permite apenas a participação individual dos fornecedores.
- C. O PNAE possui como desenho institucional a valorização do cooperativismo clássico, o que resulta na possibilidade de que a cota de 30% (art. 14) seja utilizada tanto pelo cooperativismo empresarial quanto pelo cooperativismo popular.
- D. O PNAE possui como desenho institucional a valorização do cooperativismo empresarial, o que resulta na possibilidade de que a cota de 30% (art. 14) seja utilizada apenas pelo cooperativismo empresarial.
- E. As cooperativas de agricultura familiar fazem parte da OCB, reivindicando sua história e seus objetivos sociais.

QUESTÃO 10 - A Constituição Federal de 1988, em seu art. 146, III, "c", estabelece a necessidade de adequado tratamento tributário ao ato cooperativo. Considerando a concepção de ato cooperativo disposta na Lei n. 5.764/1971, assinale a alternativa correta.

- A. Ato cooperativo é apenas aquele ato praticado entre as cooperativas e seus associados, para a consecução dos objetivos sociais, bem como os negócios auxiliares ou meios, indispensáveis à consecução dos objetivos sociais.
- B. Ato cooperativo é aquele ato praticado entre as cooperativas e seus associados, bem como entre estes e aquelas, e entre as cooperativas em geral, para a consecução dos objetivos sociais.
- C. Ato cooperativo é aquele ato praticado entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.
- D. Ato cooperativo é aquele ato praticado entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si de maneira geral, para a consecução dos objetivos sociais de ambas as cooperativas envolvidas em um ato intercooperativo.
- E. Ato cooperativo é aquele ato praticado entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas de maneira geral, para a consecução dos objetivos sociais, sendo que na relação intercooperativa é exigido que apenas a autora do ato aja em conformidade com seus objetivos sociais.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Setor de Ciências Jurídicas

Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado

Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba – Paraná – Brasil

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: posjur@ufpr.br

GABARITO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	D	D	C	E	A	B	C	A	C